

João Manoel Galdi

Em direção ao ressarcimento racional

O mito da reparação integral
do dano em casos de corrupção

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Introdução	1
1 Fundamentos teóricos e normativos da reparação integral	7
1.1 O mito da reparação integral na Constituição da República.....	7
1.2 O Direito Civil e a reparação integral: da origem à flexibilização	11
1.3 O ressarcimento de danos perante o Direito Administrativo Sancionador	18
1.4 A reparação integral especificamente nos subsistemas de improbidade e anticorrupção.....	22
2 O sonho da reparação integral no enfrentamento à corrupção.....	31
2.1 O ocaso das leniências: dificuldades da implementação da reparação integral.....	31
2.2 Análise de casos: demonstração das dificuldades práticas.....	39
2.2.1 Licenças obtidas por corrupção.....	39
2.2.2 Pesquisa de preços forjada	41
2.2.3 Compra de cláusulas contratuais	44
2.2.4 Impossibilidade de retorno ao status quo ante	45
2.2.5 Impossibilidade de estimativa da propina.....	47
2.2.6 Compra de votos para projetos desnecessários	48
2.3 Dificuldades apreciadas: multiplicidade de elementos e falta de tempo-informação.....	50

3 Elementos do ressarcimento “integral”	53
3.1 Pluralidade de elementos da reparação.....	53
3.2 Propina	55
3.3 Danos emergentes	65
3.3.1 Sobrepreço e superfaturamento.....	66
3.3.2 Danos decorrentes da paralisação de serviços públicos	80
3.3.3 Valores antecipados e não adimplidos.....	84
3.3.4 Cláusula penal.....	86
3.3.5 Danos morais	89
3.3.6 Danos em decorrência de cartelização.....	98
3.4 Lucros cessantes	106
3.5 Perda de uma chance.....	111
3.6 Aspecto sancionatório: multas das Leis de Improbidade e Anticorrupção	116
4 Da disciplina dos lucros ilícitos do corruptor	123
4.1 O outro lado da reparação: a pretensão restitutória.....	123
4.2 Ressarcimento único: (im)possibilidade de acumulação de pretensões	129
4.3 Enriquecimento real e o Produto Bruto Mitigado	139
4.4 Da compensação pelo Confisco/perdimento	156
4.5 Das dificuldades de definir o nexo causal	170

5 Em busca do caminho para a reparação racional	179
5.1 A reparação racional como faceta da superação da indisponibilidade do interesse público	179
5.2 A reparação racional como estratégia interpretativa satisfatória ...	185
5.3 A aplicação da reparação racional como imposição da realidade.....	192
5.4 Reparação racional em um cenário de segurança jurídica	201
Conclusão	209
Referências.....	215